

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI FAZEM A REDE NACIONAL DE ENSINO
E PESQUISA – RNP E <INSTITUIÇÃO>**

Como PARTÍCIPEs

A **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP**, associação civil qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.077 de 09 de janeiro de 2002, com sede à Rua Lauro Müller nº116, sala 1103, Botafogo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.508.097/0001-36, RJ, Inscrição Municipal nº 02.838.109, neste ato representada por seu Diretor Geral Nelson Simões da Silva, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 3.461.727 SSP/DF, CPF nº 708.191.577-91, doravante denominada simplesmente **RNP**;

O <INSTITUIÇÃO> inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXX neste ato representado por SR. XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, doravante denominado simplesmente <Abrev.>; cada uma também referenciada como **PARTE** e coletivamente como **PARTES**.

CONSIDERANDO:

- I – Que a iniciativa **REDECOMEP** foi concebida pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC)**, com apoio do **Ministério da Educação (MEC)**, e executada pela **RNP** com recursos **FINEP**, para oferecer uma alternativa de rede de alto desempenho, com capacidade multigigabit, baixo custo e autossustentável, permitindo ampliar o fluxo de dados entre as instituições de ensino superior e de pesquisa na região metropolitana de <Município> denominada <Nome-da-Rede>;
- II – A existência de instituições acadêmicas nos três níveis de governo, empresas e instituições de qualquer natureza voltadas para o ensino superior e o desenvolvimento científico e tecnológico, que estejam alinhadas com os objetivos da iniciativa **REDECOMEP** na região metropolitana de <Município>, que firmaram com a **RNP** instrumentos de cooperação similares a este;
- III – Que os representantes indicados pelas instituições de ensino superior e de pesquisa que manifestaram interesse na iniciativa **REDECOMEP**, desenvolveram conjuntamente o projeto da rede <Nome-da-Rede>, bem como o seu modelo de gestão e autossustentabilidade, a partir das diretrizes estabelecidas pela **RNP**;
- IV – Que a partir do projeto apresentado à **RNP** pelas instituições participantes, foi construída e implantada a rede <Nome-da-Rede>, que se encontra em plena operação e interconectada ao *backbone* nacional da **RNP**, a **Rede Ipê**;
- V – Que a **RNP** e o <INSTITUIÇÃO> têm interesse comum no compartilhamento do uso da infraestrutura da <Nome-da-Rede>, otimizando os seus recursos.

RESOLVEM

Assumir conjuntamente o compromisso de operar e manter uma infraestrutura de rede avançada em área metropolitana, de interesse restrito, não-comercial, para o provimento de conectividade óptica, que permita o uso avançado da tecnologia da informação e de

comunicação em prol da pesquisa científica e do ensino, através e em complemento à rede nacional existente e aqui representada pela **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP**, apoiando com recursos financeiros, tecnológicos e científicos, necessários à realização deste compromisso, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir acordadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente **ACORDO** tem por objeto estabelecer as diretrizes de cooperação técnica e de gestão, a serem realizadas com o apoio recíproco entre os Partícipes, na operação e manutenção da infraestrutura da **<Nome-da-Rede>** implantada pela **RNP** a partir das premissas da iniciativa **Redecomep**.

1.2. São asseguradas à **RNP** as prerrogativas de conservar a autoridade normativa no exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste **ACORDO** e seus Termos de Ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Constitui parte integrante do presente **ACORDO**, como se neste estivesse transcrito, o seguinte documento, cujo teor as **PARTES** declaram ter pleno conhecimento:

I – **Anexo I – Termo de Cessão de Uso da Infraestrutura.**

2.2. Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes no Anexo citado no item 2.1 desta cláusula, fica desde logo estabelecido que prevalecerá, sempre, aquelas contidas no presente **ACORDO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

3.1. A **RNP** terá as seguintes atribuições:

- a) Realizar a cessão do direito de uso da infraestrutura construída para a **<Nome-da-Rede>**, de acordo com o estabelecido no **Termo de Cessão de Uso da Infraestrutura, Anexo I** do presente **ACORDO**.
- b) Colaborar com o **<INSTITUIÇÃO>** nas suas necessidades relacionadas a este **ACORDO**, a fim de auxiliá-lo na efetiva execução dos seus compromissos estabelecidos no item 3.2.

3.2. O **<INSTITUIÇÃO>** terá como atribuições:

- a) Cooperar para a manutenção da **<Nome-da-Rede>**, conforme estabelecido no **Termo de Cessão de Uso da Infraestrutura, Anexo I** do presente **ACORDO**, e zelar pelo segmento de rede que estiver sob sua alçada.
- b) Cooperar com o **Comitê Gestor da <Nome-da-Rede>**, especialmente quanto à operação, manutenção, expansão da rede, atualização tecnológica, implantação de novos serviços e ações de segurança da informação, contribuindo, quando for o caso, com a sua cota no rateio de despesas e custos definido de comum acordo com os demais **Partícipes** da **<Nome-da-Rede>** por meio de seu **Comitê Gestor**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. O presente **ACORDO** não contempla repasse de recursos financeiros entre as **PARTES**, devendo cada **PARTE** arcar com os custos necessários ao cumprimento de suas atribuições, com recursos próprios.

4.1.1. Faz parte das atribuições do **<INSTITUIÇÃO>** a contribuição ao rateio de custos e despesas da **<Nome-da-Rede>**, conforme estabelecido por seu **Comitê Gestor**.

4.1.2. O **Comitê Gestor da <Nome-da-Rede>** deverá reunir-se periodicamente, ao menos uma vez ao ano, para definir o valor das cotas de rateio para o período subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

5.1. O **Comitê Gestor da <Nome-da-Rede>** é a instância responsável por deliberar sobre a gestão administrativa e técnica, incluindo-se a avaliação das necessidades decorrentes da execução deste **ACORDO**, para a contratação de terceiros, recursos materiais diversos, objetivando o compartilhamento da infraestrutura, a manutenção da malha de fibras ópticas e a operação dos serviços desta **Redecomep**.

5.1.1. O **Comitê Gestor** é um órgão colegiado composto por representantes das instituições participantes da **<Nome-da-Rede>**, sendo presidido por um de seus integrantes, eleito por maioria simples.

5.2. O **Comitê Gestor** terá, como atribuições:

- a) Estabelecer conjuntamente com a **RNP** as regras de gestão administrativa para a manutenção da infraestrutura e operação dos serviços da **<Nome-da-Rede>**;
- b) Definir os mecanismos que assegurem a sustentabilidade para a manutenção e a operação da **<Nome-da-Rede>**;
- c) Definir a política para o uso da infraestrutura e os serviços a serem oferecidos pela **<Nome-da-Rede>**;
- d) Estabelecer as regras para o ingresso de novos partícipes;
- e) Avaliar e aprovar as expansões de serviços de rede, assim como decidir sobre todos os assuntos pertinentes com o objetivo visado pelos Partícipes.

5.3. As reuniões e decisões do **Comitê Gestor** deverão ser registradas em ata, assinada pelos representantes presentes.

5.4. O **Comitê Gestor** deverá ser assessorado por um **Comitê Técnico**, composto por um representante de cada instituição participante da **<Nome-da-Rede>**.

5.5. O **Comitê Técnico** terá como atribuições a assessoria ao **Comitê Gestor** nas questões de natureza técnica, e as atividades de supervisão e manutenção da rede.

5.6. As atividades e reuniões do **Comitê Técnico** deverão ser registradas em atas e relatórios, de modo a possibilitar o acompanhamento das questões técnicas e seus desdobramentos.

CLÁUSULA SEXTA – DA RELAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS PARTES

6.1. As **PARTES** reconhecem que não têm autoridade ou poder para, direta ou indiretamente, obrigar, negociar, contratar, assumir débitos ou criar responsabilidades em nome da outra, sob qualquer forma ou qualquer propósito.

6.2. Em todas as questões relativas a este **ACORDO**, a **RNP** e o **<INSTITUIÇÃO>** serão consideradas totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste **ACORDO** poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício ou jurídico entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

7.1. Os direitos de propriedade intelectual e industrial de titularidade de cada uma das **PARTES**, desenvolvidos ou modificados durante a vigência deste **ACORDO**, permanecerão como propriedade individual da respectiva **PARTE**.

7.2. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial atualmente existente, ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma **PARTE**, será outorgado à outra **PARTE** em virtude deste **ACORDO** ou de seu cumprimento, ressalvadas as que vierem a ser explicitamente acordadas por meio de **Termo de Ajuste**.

7.3. Cada **PARTE** será responsável, sem nenhum ônus adicional à outra **PARTE**, pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros, usadas para o cumprimento de suas respectivas obrigações neste **ACORDO**.

7.4. Salvo acordo em contrário por escrito, nenhuma **PARTE** poderá publicar ou usar logotipo, marca ou patente registrados pela outra **PARTE**.

7.5. As marcas registradas por qualquer das **PARTES** para identificar seus produtos e serviços, bem como os logotipos registrados pelas **PARTES**, são de propriedade de cada uma delas.

7.6. A outra **PARTE**, seus empregados ou entidades terceirizadas, não terão quaisquer direitos relativamente a essas marcas ou logotipos, exceto na medida expressamente estabelecida no presente **ACORDO** ou conforme posteriormente especificado por escrito.

7.7. Nenhuma **PARTE** poderá produzir, publicar ou distribuir folheto de divulgação ou qualquer outra publicação relativa à outra **PARTE** ou suas coligadas a este **ACORDO**, sem autorização prévia e por escrito da outra **PARTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. As **PARTES** se obrigam a tratar de forma confidencial todos os dados e ou informações, inclusive aquelas que possam ser utilizadas no mercado de valores mobiliários, plantas, croquis, desenhos, segredos comerciais, segredos industriais, marcas, criações, especificações técnicas e comerciais da outra **PARTE**, aos quais venham a ter acesso por força deste **ACORDO** ou dos instrumentos decorrentes, obrigando-se a não permitir que nenhum de seus empregados, servidores, representantes, terceiros sob sua responsabilidade façam uso destas Informações Confidenciais;

8.1.1. Não utilizar qualquer informação obtida, exceto para os fins previstos no objeto deste **ACORDO**.

8.1.2. Manter a confidencialidade em relação às informações recebidas, inclusive zelando, com rigor, para que não haja circulação de cópias, e-mail, fax ou outras formas de comunicação privada ou pública das informações, além da estrita necessidade para o cumprimento do objeto deste **ACORDO**.

8.2. Obrigam-se, ainda, as **PARTES**, a manterem esta confidencialidade pelo período de 5 (cinco) anos após o término da vigência deste **ACORDO**, bem como do término da vigência dos instrumentos dele decorrentes e, em casos de informações que possam impactar no mercado de valores mobiliários, pelo prazo adicional em que as informações ainda permaneçam confidenciais.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do presente **ACORDO** dar-se-á por meio do **Comitê Gestor** da <Nome-da-Rede> e respectiva documentação, de pleno acesso aos representantes das **PARTES**.

9.2. O representante de cada **PARTE** junto ao **Comitê Gestor** poderá propor eventuais alterações que se fizerem necessárias para o bom andamento do presente **ACORDO**.

9.2.1. Alterações que impliquem em retificações do presente **ACORDO**, desde que não desvirtuem o objeto pactuado na Cláusula Primeira, poderão ser feitas por meio de Termo de Ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

10.1. As **PARTES** empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir, de forma amigável, quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução do presente **ACORDO**.

10.2. Nenhuma das **PARTES** responderá à outra, pelos prejuízos advindos de caso fortuito ou força maior, hipótese em que cada **PARTE** arcará com suas despesas relativas à reposição ou reparação de suas próprias instalações.

10.3. No caso de prejuízos causados comprovadamente por imperícia, negligência ou imprudência, a **PARTE** causadora deverá arcar com todas as despesas relativas à reposição ou reparação das instalações da **PARTE** prejudicada.

10.4. Os conflitos que não puderem ser dirimidos de forma amigável, serão submetidos ao Poder Judiciário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução por parte do **<INSTITUIÇÃO>**, total ou parcial, das cláusulas e condições deste **ACORDO**, o **Comitê Gestor** da **<Nome-da-Rede>** poderá aplicar as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I – Advertência escrita;
- II – Suspensão do **<INSTITUIÇÃO>** quanto à participação na **<Nome-da-Rede>**, incluindo o acesso à rede e aos serviços associados, por prazo e condições determinadas pelo **Comitê Gestor**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUB-ROGAÇÃO

12.1. Uma **PARTE** somente poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente **ACORDO**, ou quaisquer direitos ou obrigações dele decorrentes, mediante prévia autorização por escrito da outra **PARTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DISSOLUÇÃO

13.1. O presente **ACORDO** poderá ser denunciado a qualquer momento, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, e por qualquer uma das **PARTES**, mediante comunicação expressa e com antecedência de 90 (noventa) dias, nas seguintes condições:

- a) Imotivadamente por qualquer uma das **PARTES**, respeitados os compromissos assumidos na vigência deste **ACORDO**;
- b) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado impeditivo da execução deste **ACORDO**.

13.2. Além de outras situações ora estabelecidas, o presente **ACORDO** poderá ser rescindido, independentemente de qualquer outro procedimento judicial ou extrajudicial, se sujeitando a **PARTE** infratora às sanções previstas neste **ACORDO**, nas seguintes hipóteses:

- a) Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste **ACORDO**, ensejando as consequências previstas em Leis ou regulamentos;
- b) Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas e condições estabelecidas neste **ACORDO**;
- c) Pelo desatendimento das determinações regulares estabelecidas em conjunto com as demais instituições participantes da **<Nome-da-Rede>** e aprovadas pelo **Comitê Gestor**;
- d) Pelo cometimento reiterado de faltas durante a vigência deste **ACORDO**;

- e) Pela alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura de qualquer das **PARTES** que prejudique a execução deste **ACORDO**.

13.3. Havendo pendências, as **PARTES** definirão as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos, mediante Termo de Encerramento de Acordo, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este **ACORDO** representa o total entendimento entre as **PARTES** em relação à matéria nele tratada, regulando e prevalecendo sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre este Instrumento.

14.2. A tolerância de uma das **PARTES** com a outra quanto ao descumprimento de qualquer de uma das obrigações assumidas neste **ACORDO** não implicará novação ou renúncia de direito. A **PORTE** tolerante poderá exigir da outra, a qualquer tempo, o fiel e cabal cumprimento deste **ACORDO**.

14.2.1. Fica expressamente estabelecido que a renúncia ou obtenção pelas **PARTES** de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam neste **ACORDO**, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações de outra **PORTE**, somente serão consideradas válidas se feitas por escrito.

14.3. Os casos omissos ou excepcionais não previstos neste **ACORDO** deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das **PARTES** e serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável.

14.4. Os custos decorrentes da gestão, operação, manutenção e conservação da infraestrutura, expansão e atualização tecnológica da <Nome-da-Rede> serão rateados entre seus Partícipes, incluindo a <INSTITUIÇÃO>, de acordo com regras estabelecidas por seu **Comitê Gestor**.

14.5. Fica vedado ao <INSTITUIÇÃO> fazer qualquer alteração ou modificação na infraestrutura da <Nome-da-Rede>, sem prévia e expressa concordância da **RNP** e do **Comitê Técnico**.

14.6. A **RNP** não será responsabilizada pelo ressarcimento de danos causados por terceiros às instalações da <Nome-da-Rede>, cabendo às instituições Partícipes da <Nome-da-Rede> atuar junto aos órgãos públicos, concessionárias e empreiteiras de forma a manter o rígido controle nas instalações e obras, que possam acarretar danos à infraestrutura da <Nome-da-Rede>.

14.7. A **RNP** não será responsabilizada civil e penalmente por qualquer acidente, furto, danificação parcial ou total ocorridos na infraestrutura da <Nome-da-Rede>, bem como pela interrupção dos seus serviços.

14.8. Na hipótese da **RNP**, no decorrer do presente **ACORDO**, obter a aprovação de ceder/transferir, a terceiro, a administração do presente Instrumento, ficará assegurado à **<INSTITUIÇÃO>** todo os direitos e condições devidamente pactuadas neste **ACORDO**.

14.9. Sem prejuízo das demais disposições deste **ACORDO**, caso ocorra a qualquer tempo, alterações na legislação aplicável ou nas condições ou autorização detida por qualquer dos Partícipes, e tais alterações tenham repercussões neste **ACORDO**, as **PARTES** poderão aditá-lo mediante **Termo de Ajuste** de modo a adaptá-lo para preservar no mesmo grau possível às condições ora pactuadas.

14.9.1. As **PARTES** deverão envidar os melhores esforços no sentido de substituir qualquer disposição inválida, ilegal ou inaplicável por outra válida, cujo efeito econômico e outras implicações relevantes sejam semelhantes àquela considerada inválida, ilegal ou inaplicável.

14.9.2. Em caso de divergência sobre o significado de definições contidas neste **ACORDO**, prevalecerão as estabelecidas na legislação e normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROPRIEDADE DA INFRAESTRUTURA ÓPTICA

15.1. Conforme subcláusula IX.3.1 da Cláusula IX – Bens e Serviços do Convênio FINEP nº 01.04.1100.01, aditivado em 06/12/2006, caberá à **RNP** a gestão dos bens de uso compartilhado adquiridos com recursos do projeto **REDECOMEP**, tais como componentes da infraestrutura de rede, incluindo os cabos ópticos, os quais, após a conclusão do projeto, permanecerão no patrimônio da **RNP**, que poderá utilizá-lo para:

- I – Ceder uma parcela das fibras ópticas para uso exclusivo das instituições participantes do projeto em cada região metropolitana, de acordo com projeto técnico aprovado pela **RNP**;
- II – Realizar permutas com infraestrutura de redes de instituições e empresas, públicas ou privadas, com o objetivo de complementar ou ampliar a infraestrutura inicialmente prevista em cada projeto técnico aprovado pela **RNP**, mediante prévia autorização da FINEP;
- III – Manter uma reserva técnica de fibras ópticas para uso em experimentos e ampliação da rede.

15.2. Os bens de uso individual, tais como os equipamentos que serão instalados nos pontos de acesso à rede de cada instituição participante, conforme projeto técnico aprovado pela **RNP**, deverão ser transferidos, ao final do projeto, para a instituição, mediante Termo de Doação a ser elaborado pela **RNP**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

16.1. O presente **Acordo de Cooperação Técnica** vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo de Ajuste, sendo, ainda, facultada a inclusão de novas cláusulas e condições, consoante não desvirtuem o objeto deste **ACORDO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. A eficácia deste **ACORDO** fica condicionada à sua publicação, em tempo hábil, na forma de extrato, por iniciativa e às expensas da **<INSTITUIÇÃO>**.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

18.1. As **PARTES** elegem o foro da cidade de **<Município>, UF**, para dirimir as dúvidas oriundas deste **ACORDO**, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico e legal, juntamente com as testemunhas abaixo.

<Município>, __ de _____ de 2017.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP

Nelson Simões da Silva
Diretor Geral

<INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE>
<nome do Responsável>
<Cargo>

Testemunhas:

Nome
CPF

Nome
CPF